

Política

PSB deixa o governo de Dilma

De olho em 2014, o presidente do PSB e pré-candidato à Presidência nas próximas eleições, Eduardo Campos, comunicou ontem à presidente Dilma Rousseff a decisão de o partido deixar o governo. *Pág. 39*

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica



NOVO JULGAMENTO



“Ninguém. Absolutamente ninguém pode ser privado (de seu direito de defesa) ainda que se revele antagônico o sentimento da coletividade”

—
CELSO DE MELLO
Ministro do STF

JOSE CRUZ/ABR

MENSALÃO VITÓRIA DOS RÉUS

Com voto de Celso de Mello, Supremo aceitou retomar o caso

BRASÍLIA

/// O ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), votou a favor da aceitação dos embargos infringentes no processo do mensalão e elevou o placar da Corte a 6 votos a 5 em favor desse tipo de recurso, que vai dar um novo julgamento a 12 dos 25 condenados na ação penal 470.

Com isso, o encerramento da ação e o cumprimento das prisões – que poderiam ocorrer ainda neste ano – devem ficar para 2014.

Depois de decidir pela validade dos embargos infringentes, o tribunal negou por unanimidade pedido feito pela defesa do ex-deputado

Pedro Corrêa para que todos os condenados com ao menos um voto favorável pudessem pleitear novo julgamento. O plenário negou por entender que o regimento do STF estabelece que são necessários quatro votos.

PRAZO

O regimento prevê 15 dias após a publicação para apresentação do recurso, mas o Supremo dobrou o prazo.

Em voto de duas horas, Celso de Mello desempatou o julgamento sobre a validade dos embargos infringentes, recursos previstos no artigo 333 do Regimento Interno do Supremo, mas que

BENEFICIADOS

12 réus

Terão direito a usar o recurso chamado embargo infringente, que garante novo julgamento para condenações com placares apertados

não constam na lei 8.038/1990, que regula as ações no STF

Parte dos ministros defendia que a lei de 1990 revogou tacitamente (quando

não há anulação explícita de um artigo) a existência dos infringentes. Foram eles: Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello.

Mas, para a maioria, a lei simplesmente não tratou do recurso e, portanto, o regimento da Corte é válido para definir sua existência. Votaram nesse sentido, além de Celso de Mello, Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski.

No voto de desempate, Celso de Mello afirmou que o regimento do Supremo “foi recebido (pela Constituição) com força, autoridade e eficácia de lei”. “Tenho para

mim que ainda subsistem no âmbito do STF, nas ações penais originárias (que começam no Supremo), os embargos infringentes previstos no regimento que, ao meu ver, não sofreu no ponto revogação tácita em decorrência da lei 8038/1990, que se limitou a dispor sobre normas meramente procedimentais”, afirmou Mello.

O magistrado disse, no início do seu voto, que o Supremo não pode ceder a pressões das ruas. “(O STF) não pode se expor a pressões externas, como aquelas resultantes do clamor popular e da pressão das multidões, sob pena de abalar direitos e garantias

individuais”, frisou.

IMPARCIALIDADE

Mello afirmou ainda que é dever do Supremo garantir a todos os acusados “um julgamento justo, imparcial e independente”. Para ele, se agisse sob pressão, o Supremo estaria “a negar a acusados o direito fundamental a um julgamento justo”. “Constituiria manifesta ofensa ao que proclama a Constituição e ao que garantem os tratados internacionais”, completou.

» CONTINUA até a página 38

NOVO JULGAMENTO

“A ESPERANÇA VENCEU A PRESSA”, DIZ ADVOGADO

Defesas comemoram e já preparam pedidos para reduzir penas

BRASÍLIA

Advogados dos condenados do mensalão comemoraram a decisão do Supremo Tribunal Federal, ontem, de aceitar o direito de 12 dos 25 réus tentarem reduzir suas penas. Para eles, o tribunal fez justiça. Agora, eles se preparam agora para tentar anular ou, pelo menos, reduzir as penas de seus clientes.

Com isso, réus como o ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PTSP) poderão escapar da prisão em regime fechado.

“O STF honra suas melhores tradições, aplicou a Constituição Federal e garantiu o direito dos acusados”, afirmou Alberto Zacharias Toron, advogado de João Paulo Cunha.

Marcelo Leonardo, que defende o publicitário Marcos Valério Fernandes, disse que o fato de o processo ser transferido a partir de agora das mãos do presidente Joaquim Barbosa para as de outro ministro mudará o caso, sob o ângulo da defesa.



EDSON CHAGAS - 03/09/2004

José Dirceu pode ter redução de pena no crime de formação de quadrilha

O QUE PODE MUDAR

▼ Beneficiados

Podem ser beneficiados com um novo julgamento: José Dirceu, José Genoíno, João Paulo Cunha, Delúbio Soares, Marcos Valério, Ramon Hollerbach, Cristiano Paz, Kátia Rabello, José Roberto Salgado, João Cláudio Genu, Breno Fischberg e Simone Vasconcelos.

▼ Dirceu

No caso de Dirceu, condenado a 10 anos e 10 meses de prisão, a pena pode ser reduzida para 7 anos e 11 meses. Ele sairia do regime fechado para o semiaberto.

▼ João Paulo Cunha

Já o deputado João Paulo Cunha, que recebeu pena de 9 anos e 11 meses de

prisão, pegaria 6 anos e 8 meses, indo também para o regime semiaberto.

▼ Delúbio Soares

Outro beneficiado com a mudança no regime de prisão seria Delúbio. Ele teve pena definida em 8 anos e 11 meses de cadeia, mas pode pegar 6 anos e 8 meses, o que garante o regime semiaberto.

“Com certeza muda. Só quem quiser tapar o sol com a peneira vai dizer que um outro relator diferente do ministro Joaquim Barbosa não possa ser melhor para a defesa”, afirmou.

Em seu voto favorável à revisão das condenações, Mello disse que o STF deve tomar suas decisões em ambiente de serenidade e não pode deixar-se contaminar pela opinião pública. “A esperança venceu a pressa”, destacou Castellar Neto, advogado de Cristiano Paz, ex-sócio de Valério.

DIRCEU

A defesa do ex-ministro José Dirceu comemorou a aceitação dos embargos infringentes. O advogado José Luiz de Oliveira Lima afirmou que no caso de Dirceu, a aceitação dos infringentes pode levar a alterar a dosimetria das penas. Ele aposta que no caso de seu cliente isso pode acontecer no crime de formação de quadrilha, no qual Dirceu teve 4 votos contrários. “Acredito sim na redução da pena, mas o

Supremo ainda vai se manifestar sobre isso”.

Oliveira afirmou ainda que a decisão do tribunal não significa impunidade dos acusados. “Foi uma vitória do Estado democrático de Direito”.

DELÚBIO

O advogado do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, Arnaldo Malheiros Filho, disse que “ainda não dá para respirar aliviado totalmente”, mas considerou que já é possível ter expectativas boas de absolvição do crime de formação de quadrilha, para o qual Delúbio apresentou recurso que levou à discussão dos ministros sobre a validade dos embargos infringentes.

Delúbio está evitando a imprensa e só foi visto em evento público no aniversário de 30 anos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), comemorado em 28 de agosto, em São Bernardo do Campo (SP). Acabou homenageado com José Dirceu por terem sido dirigentes da entidade. (Com Agências)

Supremo dobra prazo para defesa apresentar recurso

▄ O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou ontem pedido feito para dobrar o prazo para que os advogados dos réus tenham direito a apresentar recurso em relação ao novo julgamento do processo do mensalão.

Esse pedido havia sido feito pelos defenso-

res de Cristiano Paz, um dos ex-sócios de Marcos Valério, o operador do mensalão. Dessa forma, as defesas terão 30 dias para enviar ao tribunal as alegações. O prazo inicial, previsto no regimento interno, era de 15 dias.

A decisão ocorreu com o placar de sete vo-

tos a quatro em favor do prazo ampliado. Posicionaram-se favoravelmente ao pedido o ministro Teori Zavascki, Rosa Weber, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello.

Foram contrários o presidente do STF e relator,

Joaquim Barbosa, Roberto Barroso, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Primeiro a votar, Barbosa se manifestou contra o pedido com o argumento de que não é possível duplicar o prazo para se apresentar as razões do chamado embargos infringentes. “As partes que pretendam opor

embargos infringentes devem respeitar o prazo de 15 dias”, disse.

DIVERGÊNCIA

O ministro Teori Zavascki foi o primeiro a abrir a divergência. Para ele, deve se dobrar o prazo assim como foi feito quando a Corte também aceitou a du-

plicar o prazo para o recebimento dos embargos declaratórios. Ricardo Lewandowski fez coro ao pedido ao voto de Teori Zavascki.

“Essa questão se repete nos embargos infringentes e não podemos agora casuisticamente reduzir o prazo”, completou. Barbosa, logo em seguida, rebateu-o. “São coisas distintas”. (AE)

VIROU PIADA NAS REDES SOCIAIS



Pátria envergonhada

A pizza virou o símbolo do julgamento do mensalão. Entrou até na bandeira do Brasil.



Sobrou para Dilma e Lula

Petistas, a presidente Dilma Roussef e o ex-presidente Lula viraram pizzaiolos em uma montagem divulgada pelas redes sociais



Lewandowski e os mensaleiros

O ministro Ricardo Lewandowski votou a favor de um novo julgamento, beneficiando os mensaleiros, como Dirceu. Acabou despertando a ira dos internautas

NOVO JULGAMENTO

NELSON JR./STF



As decisões tomadas por Joaquim Barbosa no julgamento do mensalão foram seguidas em 97% das vezes por Luiz Fux, que não deve atrasar a análise dos embargos

NOVO RELATOR É ESCOLHIDO

Ao longo do julgamento, Fux votou alinhado com Barbosa

BRASÍLIA

▄ No que depender do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, escolhido ontem relator dos recursos dos réus do mensalão, nada deve mudar nas condenações. Ano passado, durante o julgamento da ação penal, ninguém votou tão alinhado com o então relator, ministro Joaquim Barbosa, como Fux.

O relator tem papel importante, por ditar o ritmo dos trabalhos. Se quisesse, poderia retardar o julgamento. Mas não deve ser o caso. Em 2012, Fux foi um dos ministros mais duros com os réus, votando na maioria das vezes pela condenação. Em 2012, os ministros julgaram 112 crimes distribuídos por 37 réus. Fux acompanhou Barbosa em 109 vezes (97,32%).

A taxa de concordância entre os dois ficou abaixo apenas da observada entre o ministro Celso de Mello e o ex-ministro Carlos Ayres Brit-

to, que discordaram uma só vez. Ao longo do julgamento, Barbosa foi acompanhado principalmente por Fux (97,32%), Britto (94,64%), Celso de Mello (93,75%) e Gilmar Mendes (91,96%).

Fux foi sorteado, pelo sistema eletrônico do STF, relator dos embargos infringentes apresentados pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Os recursos que deverão ser apresentados por outros réus tratarão do mesmo tema e irão para Fux, não havendo novo sorteio.

QUADRILHA

Entre os petistas que já

Ministros pedem prisão rápida

▄ Os ministros Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes defenderam ontem a prisão dos 25 réus condenados — mesmo os que ainda têm direito aos embargos infringentes ou a

foram condenados por Fux e que terão o direito a uma nova análise do processo estão José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares. Na sessão do ano passado, Fux reconheceu a quadrilha, considerando que houve “projeto delinquencial”.

O posicionamento dele no julgamento foi considerado uma espécie de traição por parte de petistas, uma vez que Fux chegou a recorrer ao próprio Dirceu para conseguir ter o nome indicado pela presidente Dilma Rousseff para ingressar na Corte. Ele entrou no STF em fevereiro de 2011.

outros recursos. A decisão terá que ser tomada pelo plenário do STF, após a publicação do acórdão referente aos embargos de declaração, o que deve ocorrer em 15 dias.

PRÓXIMOS PASSOS

▼ Acórdão

Depois de os embargos infringentes terem sido considerados válidos, o Supremo Tribunal Federal agora vai publicar o texto final referente aos embargos de declaração

▼ Prazo

Será aberto prazo de 30 dias para os advogados de 12 réus entrarem com embargos infringentes. Depois, haverá mais 15 dias para a manifestação do Ministério Público.

▼ Relator

Luiz Fux foi sorteado o ministro relator para esses embargos infringentes.

▼ Análise

Nessa fase, serão analisadas todas as provas que constam do processo. Não será possível a inclusão de outras provas ou a realização de outros depoimentos

▼ Prisões

Os ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes disseram

que defenderão as prisões de todos os 25 mensaleiros condenados antes do julgamento dos embargos infringentes

▼ Mais embargos

Mas antes o tribunal precisa decidir se vai aceitar os embargos de declaração, um tipo de recurso para questionar o resultado das apelações já julgadas.

▼ Duração

O ministro Gilmar Mendes acredita que o processo terá “duração indefinida”. Marco Aurélio aposta em cinco meses para ver o caso concluído.

▼ Outros 13 réus

Não está definida a situação dos outros 13 réus que não têm direito aos recursos. A prisão deles deve ser discutida quando o STF publicar o acórdão. Se ficar decidido que o grupo não pode mais entrar com recurso, as penas deverão ser executadas imediatamente

Genoino vai continuar de licença

▄ A Câmara renovou ontem por mais 120 dias a licença médica do ex-presidente do PT, o deputado José Genoino (SP), condenado pelo mensalão. O parlamentar está licenciado do cargo desde que sofreu uma isquemia cerebral, em agosto.

Uma junta médica da Câmara decidiu prolongar o benefício para poder decidir se vai conceder a aposentadoria por invalidez, solicitada pelo deputado.

Os médicos não querem deliberar sobre a aposentadoria sem antes avaliar qual será o estado de saúde do deputado decorrido aquele prazo. A medida, de acordo com a Câmara, é para que o benefício não seja concedido sem necessidade. (AE)

FAMOSOS DESABAFAM NAS REDES SOCIAIS



Fernanda Paes Leme, atriz

“O que esperar de um ‘herdeiro’ do Sarney?! Celso de Mello não me surpreendeu! É mais do mesmo! É mais um da corja! #Brasil #Vergonha”



Tico Santa Cruz, Detonautas

“Vem aí ‘Mensalão II - a Volta dos que não foram’ - segunda parte da novela. Mas, se a justiça acha correto, vamos adiante acompanhando!”



Marcelo Serrado, ator

“Celso Mello entrou pra história com um voto covarde... Não ouviu o povo nas ruas!!!”



Fernanda Abreu, cantora

“O que me vem à cabeça é que essa decisão não traduz o desejo e as vozes que a gente ouviu nas manifestações”



Léo Jaime, músico

“As leis e a justiça deveriam ser uma só para todos. Mas o que eu entendo disto, não é? Será que no julgamento novo as penas serão ainda maiores? Acredito em duendes”



Lobão, cantor

“Essa decisão é um baque na nossa autoestima. Acredito que é um dia em que algo realmente muito sério e definitivo aconteceu. Perdemos definitivamente a vergonha na cara”

NOVO JULGAMENTO

“LUA DE MEL DO STF COM A POPULAÇÃO ACABOU”

Militantes e especialistas se dizem frustrados com Supremo

RIO E SÃO PAULO

O voto de Celso de Mello, que decidiu ontem aceitar os embargos infringentes no caso do mensalão, repercutiu instantaneamente na sociedade civil e também entre especialistas, que demonstram preocupação com o tempo que o julgamento dos recursos pelo Superior Tribunal Federal (STF) pode levar e também com a possibilidade de impunidade.

Luciano Santos, advogado especialista em direito eleitoral do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), diz que “a lua de mel da população com o STF acabou”.

Ele acha que “por mais técnica, polêmica e passível de divisões a questão”, o voto a favor dos embargos infringentes “encerra um crédito que a opinião pública tinha dado ao Supremo Tribunal Federal (STF)”.

Segundo Santos, o julgamento do mensalão foi, em sua essência, emblemático e muito eficiente; os réus já haviam sido julgados numa corte privilegiada e, por isso,



Um grupo levou pizzas para a frente do Supremo durante a sessão de ontem

“o caso já poderia ter sido encerrado”: “Muitas cortes superiores, como o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), vêm interpretando embargos semelhantes como inconstitucionais. O Supremo anda, portanto, num caminho contrário. A discussão não é só técnica, a di-

visão que se produziu entre os ministros do STF expõe a disfuncionalidade do Judiciário brasileiro”.

TUBARÕES

Já Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, se disse desagrado com os rumos

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

cadeia”, protestou.

Cristiane Maza, da organização Todos Juntos Contra a Corrupção, também expressou descontentamento. Para ela, a opção de aceitar os embargos infringentes foi “decepcionante”. “Acho que essa decisão vai levar a uma retomada às ruas. É preciso que as pessoas voltem às ruas. Para o cidadão comum, parece que o Supremo não é supremo. Havia uma expectativa muito grande para que essa questão não terminasse em pizza”, diz ela.

Cientista político da PUC-RJ, Ricardo Ismael diz que o Supremo optou por protelar o cumprimento das sentenças. Ele afirma que a sensação de impunidade tende a aumentar na sociedade brasileira. “O que mais lamento é que isso vai demonstrar que nem todos são iguais perante à lei. Infelizmente, para alguns, os julgamentos são ritos sumários. São rápidos. Para outros, os poderosos, os processos podem se arrastar por anos. Há a constatação de impunidade”, critica. (AG)

A REAÇÃO DELES



Roberto Jefferson ▼ “STF não é a casa dos Black Blocs”

Ao saber do voto de Celso de Mello, o deputado cassado Roberto Jefferson declarou: “O Supremo afirmou que a democracia não é o regime da passeata, é o da lei. É a vitória da lei sobre a passeata. O Supremo não é a casa dos Black Blocs”. Embora não tenha direito a novo julgamento, Jefferson comemorou.



Delúbio Soares ▼ Clima para postar música no Twitter

O ex-tesoureiro do PT e um dos 12 réus beneficiados com os embargos infringentes, Delúbio Soares, publicou no Twitter um link da música “Because We Can” (porque podemos), do cantor Bon Jovi.

José Dirceu ▼ Família está pessimista

O ex-ministro acompanhou a sessão do STF em casa, no interior paulista. Seu filho, o deputado Zeca Dirceu (PT) afirmou que a vitória na aceitação dos embargos não muda o pessimismo da família. “Ele (Dirceu) está determinado a enfrentar o pior dos mundos sem baixar a cabeça”.

Oposição critica: impunidade agora está com caminho livre

Na oposição, a aceitação dos embargos infringentes no Supremo Tribunal Federal (STF) foi vista como uma forma de garantir a impunidade. “O crime compensa”, afirmou o líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), em nota divulgada ao final no voto do ministro Celso de Mello.

“A decisão é um duro golpe contra a credibilidade da Justiça, que havia renascido com a condenação dos membros da quadrilha, no ano passado”, lamentou.

Bueno avalia que com a revisão das penas, os deputados condenados vão conseguir completar o



Manifestantes fantasiados em ato em frente ao STF

mandato sem uma punição definitiva.

O líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP), classificou como “lamentável” a decisão no Supremo. Afirmou, em nota, que a sociedade

brasileira já aguarda há muito tempo pelo fim do julgamento e para a execução das penas e se frustra com a decisão. “A sociedade espera que as penas sejam executadas com rapidez”.

Juristas alertam: povo deve continuar atento

Juristas do Estado divergem sobre o significado do resultado da votação de ontem do Supremo Tribunal Federal (STF), mas ressaltam que será mais importante o novo julgamento dos réus que entrarem com embargos infringentes.

O presidente da seção capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafta, destaca que “a decisão não pode ser vista como um passaporte para a impunidade, porque o STF seguiu seu regimento. “Gostemos ou não, esse é o sistema recursal que temos. Não há garantia de que haja mudança das penas. Elas poderão ser confirmadas”, frisa.

O professor da Faculdade

de Direito de Vitória (FDV) Cláudio Colnago alerta que a mudança da composição da Corte pode mudar o resultado. “Não sabemos se a decisão será diferente. Se for, pode gerar uma instabilidade jurídica, por haver uma mudança de posição do STF em pouco tempo entre a fase de condenação e recursal”, avalia Colnago.

Já o professor de Direito Penal e de Processo Penal da Faculdade Pio XII Rivelino Amaral considerou a decisão “um retrocesso” e acredita que o julgamento pode demorar anos. “Será uma repetição do que já foi feito e se demorar fatalmente vai trazer prescrição para alguns crimes”, comenta.

NOVO JULGAMENTO

VOTO DE MINISTRO NÃO ATRAI ATENÇÃO

População não se mostrou interessada em resultado no STF

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

O voto do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello ecoava por dezenas de TVs em uma loja de eletrodomésticos em Vitória ontem, mas poucas pessoas interessaram-se pelo que o magistrado tinha a dizer

sobre o pedido de recurso dos condenados no caso do mensalão. Ao contrário de um dia de jogo da Seleção Brasileira, o movimento em frente aos aparelhos foi tímido.

As TVs transmitiram o julgamento ao vivo a pedido de A GAZETA. Antes, algumas exibiam progra-

mas vespertinos da TV aberta; e outras, filmes.

A mudança de canal quase não foi percebida. A reportagem ficou no local por cerca de uma hora e meia. Clientes interessa-

dos em comprar aparelhos de televisão paravam para olhar as etiquetas com os preços, sem se atentar às



FOTOS: GABRIEL LORDÉLLO

De olho no voto do ministro Celso de Mello no STF

O aposentado Aldecir Zani, 66 anos, acompanha tudo sobre mensalão. Ele quer que o regimento interno do Supremo mude.

“Embargo infringente quer dizer empurrar com a barriga, procrastinar. Agora, 12 réus vão ter um novo julgamento e vai atrasar”

—
ALDECIR ZANI, 66 ANOS, APOSENTADO

palavras do ministro ou às legendas que destacavam: “embargos infringentes”.

Questionadas pela reportagem, as pessoas diziam que não sabiam que haveria julgamento ontem sobre mensalão no STF, que não acompanham o caso ou que não falam sobre política. “Não vale a pena”, disse uma mulher.

Outras pessoas comentaram o caso e disseram-se indignadas, mas somente após serem convidadas a prestar atenção ao voto do ministro na TV.

ANTENADO

De repente, um senhor aborda a reportagem: “Embargo infringente quer dizer empurrar com a barriga”, diz. O aposentado Aldecir Zani, 66 anos, não perde um “lance” da história do mensalão.

E até acertou o palpite sobre o resultado: “Ele vai votar a favor dos embargos, porque já havia se manifestado favoravelmente antes. Mas só no Supremo que tem essa história de embargo infringente, nos outros tribunais não. Tec-

nicamente o ministro está certo, porque está no regimento interno, mas então tem que mudar o regimento”, sugere Zani.

“Isso é procrastinar tudo. Agora, 12 réus vão poder recorrer, e o julgamento vai atrasar, o que não é bom nem para o PT nem para Dilma, porque essa discussão pode ser travada em meio à eleição do ano que vem”, analisa o aposentado. Ele acredita que o mensalão ainda será lembrado durante protestos pelas ruas do país em breve.



Mudança urgente

O comerciante Rory Denys Alvarenga, 52 anos, olhava o preço das TVs quando, convidado pela reportagem, passou a acompanhar o voto do ministro Celso de Mello. “Vai tudo acabar em pizza. Ele disse que sempre existiu esse embargo, mas as coisas têm que mudar”, frisou.



Observação de última hora

O administrador Gileade Rocha Santos, 32, e a mãe, a empresária Vera Lúcia Rocha, 54, também foram convidados a observar o julgamento. “Acompanhei um pouco, mas não sabia que o voto seria hoje (ontem)”, conta Gileade. Vera diz que não acompanhava o caso.

Resultado causou raiva e sensação de impunidade

O voto do ministro Celso de Mello trouxe um sentimento de impunidade aos cidadãos ouvidos pela reportagem.

A GAZETA publicou ontem relatos destes cidadãos comuns e o que eles esperavam do voto do ministro. Eles, que mandaram seus recados ao STF por meio de cartazes pedindo que os embargos fossem negados, mostram

indignação com o seguimento do caso.

A advogada Tânia Cristina Teixeira da Cruz, que já esperava esse desfecho, afirma que só tem a lastimar. “Eu espero que a sociedade se lembre disso na hora de votar. O povo pode não saber o que é embargo, mas sabe o que é roubar. O STF perdeu a chance de acabar com a falcatruagem”, declara.



“É uma palhaçada só. Vão enrolar, e isso vai demorar. Estou decepcionada e com um sentimento de impunidade. Espero que isso afete o PT nas próximas eleições”

—
ADEIR VASCONCELOS
DONA DE CASA



“Eu acho que não vai acontecer mais nada. Estou em um momento de raiva. Foi um balde de água gelada na cabeça de todo mundo. A população fica desacreditada”

—
CARLOS SARDENBERG
EMPRESÁRIO

NOVO JULGAMENTO – A GAZETA NO SUPREMO

TODO MUNDO QUIS VER

Espaço disputado no plenário do STF

EDUARDO FACHETTI



Estudantes, servidores e jornalistas na sessão

Os minutos que antecedem o início da sessão do Supremo Tribunal Federal foram de alvoroço no plenário. Servidores do Supremo e estudantes que acompanhavam a sessão aproveitaram o plenário vazio para tirar fotos.

E, apesar de o cerimonial do STF proibir o uso de celulares ou quaisquer eletrônicos durante o julgamento, a regra foi burlada por advogados, que permaneceram o tempo

todo conectados - principalmente no Facebook.

Não foi só o público - formado por advogados, estudantes de Direito e jornalistas - que procurou um bom lugar para acompanhar o fatídico voto de Celso de Mello. Fotógrafos de veículos nacionais e locais tiveram cerca de cinco minutos para se espremer num espaço atrás da plateia para garantir o melhor ângulo dos ministros. Depois, tiveram que sair do plenário.

DISCURSO IDÊNTICO

Iriny e Ana Rita negam impunidade no caso

Integrantes do PT na bancada federal capixaba, a senadora Ana Rita e a deputada Iriny Lopes elogiam a decisão do Supremo por garantir o princípio constitucional de ampla defesa e a chance de recorrer de uma decisão. Politicamente, o discurso é idêntico: negam que o reexame de penas signifique impunidade. “Impunidade seria arquivar o processo. Comprovada a culpa, os condenados cumprirão

pena conforme a lei. Tomara que o novo relator se preocupe mais com o conteúdo dos autos do que com holofotes”, diz Iriny. “Claro que não é impunidade. Os ministros podem não mudar nada na reanálise. Independentemente de quem esteja no banco dos réus, toda pessoa tem direito a segundo julgamento: isso está consagrado na Constituição, no regimento do Supremo e em tratados de Direitos Humanos”, frisa Ana Rita.

LUIZ FUX

Xícara de café para engolir voto

Quando o ministro Celso de Mello disse, em seu extenso voto, que “A respeito do poder público aos atos criminosos tem que ser pautada por regras claras e firmes” e que a “razão tem que estar desprovida de pai-

xões”, o ministro Luiz Fux, que já havia defendido, na semana passada, que a Corte se atentasse à voz das massas, tomou, em uma só gozada, uma xícara de café. O magistrado, que é carioca, ficou ruborizado e coçou a testa, em sinal de desaprovação ao voto de Mello.

ATÉ COLETE À PROVA DE BALA

Segurança reforçada na entrada do prédio

Talvez em nenhum outro lugar de Brasília houvesse, ontem, tantos policiais e seguranças. Já na entrada do prédio do Supremo, às 13h, um grupo de seguranças da Corte passou pelo público, que já fazia fila em frente ao prédio. Eles usavam casacetes e, alguns, colete à prova de bala. Ao térmi-

no do voto do ministro Celso de Mello, mais de 100 homens formavam um cordão de isolamento, com auxílio de grades, para evitar a aproximação de manifestantes. Com nariz de palhaço, um rapaz gritava: “Você são os traidores da República. Só sabem bater e prender ladrão de galinha”.

MARCELLO CASAL JR./ABR



Cordão de isolamento foi feito no prédio do STF

CARO LEITOR

Os jornalistas Eduardo Fachetti e Rondinelli Tomazelli, de A GAZETA, foram ontem ao Supremo e acompanharam de perto o voto de Celso de Mello e os bastidores da sessão.